

LUCIANO ANDERSON DE SOUZA
MARINA PINHÃO COELHO ARAÚJO

Coordenadores

DIREITO PENAL

ECONÔMICO

Leis Penais Especiais

1

VOLUME

THOMSON REUTERS
REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

Direito Penal Econômico
Leis Penais Especiais – Vol. 1

LUCIANO ANDERSON DE SOUZA
MARINA PINHÃO COELHO ARAÚJO
Coordenadores

Diagramação eletrônica: Linotec Fotocomposição e Fitolito Ltda., CNPJ 60.442.175/0001-80
Impressão e encadernação: DEK Comércio e Serviços Ltda., CNPJ 01.036.332/0001-99

© desta edição [2019]

THOMSON REUTERS BRASIL CONTEÚDO E TECNOLOGIA LTDA.

JULIANA MAYUMI ONO
Diretora Responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda
Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal) com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO THOMSON REUTERS SELO REVISTA DOS TRIBUNAIS
(atendimento, em dias úteis, das 9h às 18h)

Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sacrt@thomsonreuters.com

e-mail para submissão dos originais: aval.livro@thomsonreuters.com

Conheça mais sobre Thomson Reuters: www.thomsonreuters.com.br

Acesse o nosso *eComm*

www.livrariart.com.br

Impresso no Brasil [03-2019]

Profissional

Fechamento desta edição [22.02.2019]



ISBN 978-85-5321-364-1

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
---------------------------	----

I – INTRODUÇÃO AO DIREITO PENAL ECONÔMICO

CAPÍTULO 1 – ORIGEM DO DIREITO PENAL ECONÔMICO

LUCIANO ANDERSON DE SOUZA	15
1.1. Considerações iniciais	15
1.2. Traçado histórico geral entre Direito Penal e economia	16
1.2.1. Primeira fase: casuismo legislativo	17
1.2.2. Segunda fase: proteção ao liberalismo	18
1.2.3. Terceira fase: Estado do Bem-Estar Social	20
1.2.4. Quarta fase: redução do papel do Estado	24
1.3. Origens do Direito Penal Econômico brasileiro	27
1.4. Constituição de 1988 e crimes econômicos	30
1.5. Síntese conclusiva	34

CAPÍTULO 2 – CONTEÚDO DO DIREITO PENAL ECONÔMICO

LUCIANO ANDERSON DE SOUZA	37
2.1. Considerações iniciais	37
2.2. O bem jurídico nos crimes econômicos	41
2.3. Os conceitos de ordem econômica e de Direito Penal Econômico	48
2.4. A confiança como elemento necessário para a reprodução e circulação da riqueza	53

CAPÍTULO 3 – ESTÁGIO ATUAL DO DIREITO PENAL ECONÔMICO E ALTERNATIVAS JURÍDICAS

LUCIANO ANDERSON DE SOUZA	57
3.1. Considerações iniciais.....	57
3.2. Panorama do Direito Penal Econômico, em especial brasileiro: dificuldades.....	58
3.2.1. Problemas estruturais do Direito Penal Econômico.....	62
3.2.1.1. Responsabilidade penal da pessoa jurídica	64
3.2.1.2. <i>Criminal compliance</i>	66
3.2.1.3. Colaboração premiada	70
3.2.2. Problemas conjunturais do Direito Penal Econômico.....	71
3.2.2.1. Crimes de perigo abstrato.....	71
3.2.2.2. Tipos penais abertos	77
3.2.2.3. Tipos penais de assessoriedade administrativa	79
3.2.2.4. Normas penais em branco	80
3.2.2.5. Tipos omissivos e culposos.....	82
3.2.2.6. A incoerência do discurso legitimador dos fins da pena...	84
3.2.3. Síntese das problemáticas: deslegitimidade.....	86
3.3. As alternativas jurídicas ao Direito Penal Econômico	88
3.3.1. A “Escola de Frankfurt”	89
3.3.2. O Direito de Intervenção.....	90
3.3.3. O Direito Penal de duas velocidades	92
3.3.4. Direito Administrativo Sancionador	95
Bibliografia.....	97

II – DIREITO PENAL ECONÔMICO EM ESPÉCIE - 1ª PARTE**CAPÍTULO 4 – CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL**

MARINA PINHÃO COELHO ARAÚJO.....	109
4.1. Introdução.....	109
4.1.1. Uma lei sancionada com a promessa de ser substituída.....	109
4.2. Sistema financeiro e proteção penal.....	111
4.3. Conceito de instituição financeira. Artigo 1º	111

4.4. Responsabilidade nos crimes contra o sistema financeiro nacional	117
4.5. Dos crimes em espécie	120
4.5.1. Artigo 2º. Títulos irregulares	120
4.5.2. Divulgação de falsa informação sobre instituições financeiras	124
4.5.3. Gestão Fraudulenta	127
4.5.4. Gestão temerária	132
4.5.5. Apropriação indébita financeira	137
4.5.6. Indução em erro de sócio, investidor ou repartição pública	140
4.5.7. Títulos ou valores mobiliários ilegítimos	142
4.5.8. Exigência de juros abusivos, em desacordo com a legislação ("extorsão financeira")	144
4.5.9. Fraude de documento de investimento	146
4.5.10. Fraude de balanço em instituição financeira	147
4.5.11. Contabilidade paralela	148
4.5.12. Omissão de administradores na apresentação de informação, declarações ou documentos	150
4.5.13. Desvio de bem indisponível em liquidação	150
4.5.14. Falsidade na apresentação de créditos na falência	151
4.5.15. Manifestação falsa de interventor, liquidante ou síndico	153
4.5.16. Operação de instituição financeira sem a devida autorização	155
4.5.17. Empréstimo vedado	157
4.5.18. Violação de sigilo de instituição financeira	160
4.5.19. Fraude em financiamento	161
4.5.20. Aplicação de recursos de financiamento em finalidades diversas das previstas em lei ou contrato	162
4.5.21. Falsidade de identidade em operação de câmbio	163
4.5.22. Evasão de divisas	163
4.5.22.1. Tipo objetivo	165
4.6. Competência dos crimes financeiros	167
4.7. Sigilo de informações financeiras	168
4.8. Prisão preventiva e prisão pós-sentença condenatória	170
4.9. Pena de multa	172
Referências bibliográficas	173

CAPÍTULO 5 – CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INDUSTRIAL

REGINA CIRINO ALVES FERREIRA DE SOUZA.....	177
5.1. Traçado histórico dos crimes contra a propriedade industrial.....	177
5.2. Propriedade imaterial e interesse jurídico-penal protegido.....	184
5.3. Penas e apuração dos crimes contra a propriedade industrial.....	189
5.4. Crimes contra a propriedade industrial	195
5.4.1. Escorço histórico da tutela das patentes	195
5.4.1.1. Crimes contra patentes e propostas de recrudescimento....	199
5.4.2. A tutela dos desenhos industriais.....	206
5.4.2.1. Crimes contra os desenhos industriais e propostas legislativas	208
5.4.3. Crimes contra as marcas	210
5.4.3.1. Crimes contra as marcas e propostas de reformas.....	214
5.4.4. Dos crimes cometidos por meio de marca, título de estabeleci- mento e sinal de propaganda.....	216
5.4.5. Crimes contra as indicações geográficas e demais indicações e reformas legislativas.....	217
5.4.6. Causas de aumento nos crimes contra a propriedade industrial...	220
5.5. Conflito aparente de normas.....	223
5.5.1. Importação de mercadoria contrafeita: contrabando e crimes contra a propriedade industrial.....	223
5.5.2. Crime contra a propriedade industrial e crime de receptação.....	227
5.6. O princípio da insignificância nos crimes contra a propriedade imaterial	229
Conclusões.....	232
Bibliografia.....	234

CAPÍTULO 6 – CRIMES CONTRA O MERCADO DE CAPITAIS

RENATO DE MELLO JORGE SILVEIRA.....	239
Introdução	239
6.1. A expansão do Direito Penal e a preocupação com os mercados.....	240
6.2. Direito Penal Econômico e Mercado de Capitais	248
6.3. A questão do bem jurídico protegido	254

6.4. Antecipação de tutela penal, lei penal em branco, acessoriedade administrativa e legitimidade	259
6.5. Dos crimes em espécie	269
6.5.1. Manipulação de mercado	269
6.5.1.1. Objetividade jurídica	272
6.5.1.2. Conduta típica objetiva e subjetiva	274
6.5.1.3. Sujeitos do crime	278
6.5.2. Uso indevido de informação privilegiada	279
6.5.2.1. Objetividade jurídica	281
6.5.2.2. Conduta típica objetiva e subjetiva	285
6.5.2.3. Sujeitos do crime	288
6.5.3. Exercício irregular de cargo, profissão, atividade ou função	290
6.5.3.1. Objetividade jurídica	291
6.5.3.2. Conduta típica objetiva e subjetiva	292
6.5.3.3. Sujeitos do crime	294
Bibliografia	294
Posfácio	301

LUCIANO ANDERSON DE SOUZA
MARINA PINHÃO COELHO ARAÚJO

Coordenadores



DIREITO PENAL

ECONÔMICO

Leis Penais Especiais

De acordo com a Lei 13.964/2019 (Lei Anticrime)

- » *Direito penal bancário*
- » *Crimes tributários e previdenciários*
- » *Lei de organização criminosa*
- » *Crimes da Lei de licitações*
- » *Crimes ambientais*

2

VOLUME

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Direito Penal Econômico
Vol. 2

Leis Penais Especiais

Coordenadores

LUCIANO ANDERSON DE SOUZA E MARINA PINHÃO COELHO ARAÚJO

1º Edição

© desta edição [2020]

THOMSON REUTERS BRASIL CONTEÚDO E TECNOLOGIA LTDA.

JULIANA MAYUMI ONO

Diretora Responsável

Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855 – 13º andar - Vila Olímpia
CEP 04548-005, São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Os autores gozam da mais ampla liberdade de opinião e de crítica, cabendo-lhes a responsabilidade das ideias e dos conceitos emitidos em seus trabalhos.

CENTRAL DE RELACIONAMENTO THOMSON REUTERS SELO REVISTA DOS TRIBUNAIS

(ATENDIMENTO, EM DIAS ÚTEIS, DAS 09H ÀS 18H)

TEL. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sacrt@thomsonreuters.com

e-mail para submissão dos originais: aval.livro@thomsonreuters.com

1147950 Conheça mais sobre Thomson Reuters: www.thomsonreuters.com.br

Acesse o nosso eComm

www.livrariart.com.br

Impresso no Brasil [04-2020]

Profissional

Fechamento desta edição [02.03.2020]



ISBN 978-65-5065-295-1

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO – V. 2	5
CAPÍTULO 1 - DIREITO PENAL BANCÁRIO	
RENATO DE MELLO JORGE SILVEIRA.....	13
Introdução	13
1.1. Peculiaridades do Direito Penal Bancário brasileiro.....	15
1.1.1. A questão do bem jurídico tutelado	17
1.1.2. Momentos de crise e seu reflexo no Brasil: o caso típico da evasão de divisas.....	20
1.1.3. Influências econômicas do Direito Penal e novos institutos arrecadatários.....	22
1.2. Crises e expansão penal arrecadatória: derivações no Brasil e no mundo....	27
1.2.1. A ascensão e a queda do instituto do sigilo bancário	29
1.2.2. O processo de regularização dos valores no estrangeiro na experiência internacional.....	31
1.2.3. A busca de novo marco normativo: as previsões legais brasileiras sobre regularização de capitais.....	35
1.2.4. O efeito imprevisto da criação de um novo trilema penal econômico.....	38
1.3. Segurança jurídica e o revisitar de questões passadas	40
1.3.1. A mudança de Governo e a mudança de perspectiva	41
1.3.2. Segurança jurídica, confiança e a coisa julgada.....	44
1.3.3. O princípio do <i>nemo tenetur se detegere</i>	46
Conclusões.....	49
Bibliografia.....	51

CAPÍTULO 2 - CRIMES TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

MARINA PINHÃO COELHO ARAÚJO.....	57
2.1. Crimes tributários.....	57
2.1.1. Introdução.....	57
2.1.2. Conceito jurídico de tributo	60
2.1.3. Sobre a interação entre a via administrativa e a via penal. Necessidades e patologia.....	62
2.1.4. O que se pretende proteger com a norma jurídico-penal tributária?	68
2.1.5. Crimes em espécie	71
2.1.6. Sanção penal e aplicação da pena.....	81
2.2. Dos crimes previdenciários.....	84
2.2.1. Introdução e objeto da proteção penal.....	84
2.2.2. Dos crimes em espécie	85
2.2.2.1. Sonegação de contribuição previdenciária.....	87
2.2.3. Extinção da punibilidade pelo pagamento.....	89
2.2.4. Pena e sua aplicação.....	90
Bibliografia.....	90

CAPÍTULO 3 - LEI DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA (LEI Nº 12.850/2013)

LUCIANO ANDERSON DE SOUZA	93
3.1. Considerações preliminares	93
3.2. Histórico e contextualização atual	95
3.3. Associação criminosa e organização criminosa.....	98
3.4. Organização criminosa e lavagem de dinheiro.....	103
3.5. A Lei nº 12.694/2012 e sua definição de organização criminosa.....	104
3.6. A Lei nº 12.720/2012: “crime de extermínio de seres humanos”	106
3.7. Crime de organização criminosa: análise dogmática.....	107
3.7.1. Objetividade jurídica.....	108
3.7.2. Sujeitos do delito.....	108
3.7.3. Tipicidade objetiva e subjetiva.....	109
3.7.4. Consumação e tentativa	112
3.7.5. Figura assemelhada.....	113

3.7.6. Causas de aumento de pena.....	113
3.7.7. Agravante genérica.....	115
3.7.8. Pena e ação penal.....	115
3.7.9. Investigação e meios de prova.....	116
3.7.9.1. Colaboração premiada.....	117
3.7.9.2. Ação controlada.....	124
3.7.9.3. Infiltração de agentes.....	125
3.7.9.4. Acesso a registros, dados cadastrais, documentos e informações.....	128
3.7.10. Crimes ocorridos na investigação e na obtenção da prova.....	130
3.7.10.1. Revelar identidade do colaborador.....	130
3.7.10.2. Denúnciação caluniosa sobre organização criminosa...	131
3.7.10.3. Violação de sigilo das investigações.....	132
3.7.10.4. Sonegação de informações requisitadas.....	133
3.7.11. Outras consequências trazidas pelo Pacote Anticrime à Lei de Organização Criminosa.....	135
3.7.11.1. Liberdade provisória.....	135
3.7.11.2. Regime disciplinar diferenciado.....	136
3.7.11.3. Progressão de regime.....	138
3.7.11.4. Estabelecimento prisional.....	139
3.7.11.5. Nova figura no rol de crimes hediondos.....	139
Bibliografia.....	139

CAPÍTULO 4 - CRIMES DA LEI DE LICITAÇÕES

J●A● PAULO MARTINELLI.....	143
4.1. Conceito e finalidades da licitação.....	143
4.2. Princípios que regem a licitação.....	144
4.3. Obrigatoriedade da licitação.....	147
4.4. Situações em que a licitação não é obrigatória.....	147
4.4.1. Licitação dispensada.....	148
4.4.2. Licitação dispensável.....	148
4.4.3. Licitação inexigível.....	149

4.5. Lei Anticorrupção e Estatuto das Estatais	150
4.6. Crimes de licitação na Lei 8.666/93	151
4.6.1. A questão do bem jurídico	151
4.6.2. O contexto administrativo da licitação	155
4.6.3. Improbidade administrativa	156
4.6.4. Crimes em espécie	157
4.6.5. Pena de multa	185
4.6.6. O projeto da nova Lei de Licitações	185
4.7. Sujeito ativo nos crimes de licitação	186
4.8. Efeitos da condenação na Lei de Licitações	188
4.9. Competência	189
Bibliografia	190

CAPÍTULO 5 - CRIMES AMBIENTAIS

JOSÉ PAULO MICHELETTI NAVES	193
5.1. Introdução	194
5.1.1. Breve exposição sobre o debate da legitimidade dos crimes ambientais	194
5.1.2. Os crimes ambientais como integrantes do Direito Penal econômico?	196
5.2. O bem jurídico nos crimes ambientais	198
5.2.1. O bem jurídico tutelado pelos crimes ambientais	198
5.2.2. Delitos de acumulação	201
5.2.3. A incidência do princípio da insignificância nos crimes ambientais	204
5.3. A construção típica dos crimes ambientais	210
5.3.1. A sociedade contemporânea e a antecipação da tutela penal	210
5.3.2. Os crimes de perigo e a administrativização do Direito Penal nos crimes ambientais	212
5.3.3. Do excessivo emprego das remissões normativas nos tipos ambientais: assessoriedade administrativa	215
5.3.4. A administrativização do Direito Penal, o seu uso de forma simbólica e o <i>bis in idem</i> entre as sanções penais e administrativas	221
5.4. Imputação nos crimes ambientais – Art. 2º da Lei nº 9.605/1998	226

5.5. A aplicação da pena para as pessoas físicas nos crimes ambientais.....	228
5.6. A particular questão da responsabilidade penal da pessoa jurídica.....	233
5.6.1. Justificativas e críticas sobre a responsabilidade penal da pessoa jurídica.....	233
5.6.2. Modelos de responsabilidade penal da pessoa jurídica	236
5.6.3. A responsabilidade penal da pessoa jurídica no ordenamento jurídico brasileiro e o desdobramento jurisprudencial	238
5.6.4. A grave problemática envolvendo a aplicação da pena para as pessoas jurídicas	242
5.6.5. A ausência de disciplina processual penal a respeito das pessoas jurídicas	246
 Dos Crimes em Espécie.....	 249
5.7. Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais)	249
5.7.1. Crimes contra a fauna (Seção I)	250
5.7.1.1. Caçar animais silvestres (Art. 29)	251
5.7.1.2. Maus tratos a animais (Art. 32)	255
5.7.1.3. Emissão de efluentes (Art. 33).....	256
5.7.1.4. Pesca (Arts. 34 e 35)	257
5.7.2. Crimes contra a flora (Seção II)	262
5.7.2.1. Destruir ou danificar floresta de preservação permanente (Art. 38).....	263
5.7.2.2. Cortar árvores em floresta de preservação permanente (Art. 39).....	266
5.7.2.3. Destruir ou danificar vegetação do Bioma Mata Atlântica (Art. 38-A)	267
5.7.2.4. Causar dano direto ou indireto às Unidades de Conservação (Art. 40 e 40-A)	269
5.7.2.5. Cortar madeira de lei (Art. 45)	273
5.7.2.6. Impedir ou dificultar a regeneração de vegetação (Art. 48).....	274
5.7.3. Crimes de Poluição e outros crimes ambientais (Seção III)	276
5.7.3.1. Poluição (Art. 54)	276

5.7.3.2.	Execução de pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais (Art. 55)	283
5.7.3.3.	Manuseio de produto ou substância tóxica, perigosa ou nociva (Art. 56)	285
5.7.3.4.	Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores (Art. 60)	289
5.7.4.	Crimes contra o ordenamento urbano e patrimônio cultural (Seção IV)	293
5.7.4.1.	Crimes relacionados à ofensa a bens, a edificações ou locais protegidos por lei, ato administrativo ou decisão judicial e ao solo não edificável (Arts. 62, 63 e 64)	294
5.7.4.2.	Pichação (Art. 65)	296
5.7.5.	Crimes contra a administração ambiental (Seção V)	297
5.7.5.1.	Falsidade do funcionário público em procedimento de autorização ou licenciamento ambiental; concessão pelo funcionário público de licença, autorização ou permissão em desacordo com as normas ambientais; descumprimento obrigação de relevante interesse ambiental; dificultar a ação fiscalizadora (Arts. 66, 67, 68 e 69)	298
5.7.5.2.	Elaboração de procedimento administrativo falso ou enganoso (Art. 69-A)	300
5.8.	Lei n.º 7.802/1989 (Lei de Agrotóxicos)	301
	Bibliografia	303